

Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Apuração do RWA e PR – Circ. 3.678



Março de 2018

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. DEFINIÇÕES	4
2.1. Risco de Conformidade	4
2.2. Risco de Liquidez	4
2.3. Risco de Mercado	4
2.4. Risco Socioambiental	4
2.5. Risco de Imagem	5
2.6. Risco de Crédito	5
2.7. Risco Operacional	5
2.8. Risco Estratégico	5
2.9. Risco de Conjuntura	5
2.10. Avaliação a Mercado	5
2.11. Avaliação por Modelo de Apreçamento	5
3. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS ÁREAS DE RELACIONAMENTO	5
3.1. Conselho de Administração	5
3.2. CRO – Chief Risk Officer	6
3.3. Comitê de Gestão de Riscos	7
3.4. Comitê Executivo	8
3.5. Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR – Controles Internos	8
3.6. Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR – Riscos Financeiros	8
3.7. Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR – Compliance	9
3.8. Área de Tesouraria - Banco e Corretora	9
3.9. Auditoria Interna	9
4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	9
4.1. RISCO DE CRÉDITO	9
4.2. RISCO DE MERCADO	10

4.2.1.	Principais riscos de mercado considerados pelo Grupo Confidence..	10
4.2.2.	Metodologia.....	11
4.2.3.	Apreçamento de Instrumentos Financeiros avaliados pelo Valor de Mercado.11	
4.2.4.	Valores Expostos ao Risco de Mercado em 30/03/2018	12
4.3.	RISCO DE LIQUIDEZ	13
4.3.1.	Gerenciamento de Risco de Liquidez	13
4.3.2.	Plano de Contingência De Liquidez	14
4.3.3.	Informações – Gestão de Liquidez	14
4.4.	RISCO OPERACIONAL	16
4.4.1.	Riscos Integrantes	16
4.4.2.	Parcela de Risco Operacional em 31/03/2018.....	16
4.5.	GERENCIAMENTO DE CAPITAL.....	17
4.5.1.	Patrimônio de Referência.....	17
4.5.2.	Detalhamento do Patrimônio de Referência	18
4.5.3.	RWA (Risk-Weighted Assets)	18
4.5.4.	Avaliação de Suficiência e Adequação do Patrimônio de Referência	20
4.5.5.	Razão de Alavancagem	22
5.	Anexo I – Composição do Patrimônio de Referência	24
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

1. INTRODUÇÃO

O Grupo Confidence está organizado sob a forma de Conglomerado Financeiro, que opera no mercado de câmbio, oferecendo seus produtos para os segmentos de turismo, industrial, comercial e de serviços.

O Público alvo é composto pelas corretoras de câmbio, bancos, empresas importadoras e exportadoras, empresas que enviam seus colaboradores para viagens de negócios no exterior e pessoas físicas que viajam a passeio ou necessitam receber ou efetuar remessas internacionais.

O gerenciamento de riscos do Grupo Confidence é fundamentado nas estratégias estabelecidas pela Diretoria, sendo normatizado por Políticas que seguem a regulamentação vigente e realizado por meio de mecanismos desenvolvidos e seguidos pelas áreas de controle (Gerenciamento Integrado de Riscos e Tesouraria).

O presente relatório tem por objetivo divulgar as informações referentes à gestão de riscos, em consonância com o disposto na Circular 3.678 do Banco Central do Brasil, estando em conformidade com as políticas internas de divulgação de informações.

As informações relativas à gestão de riscos, aos Ativos Ponderados por Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*) e adequação do Patrimônio Referência (PR) foram elaboradas com base no balanço consolidado do grupo Confidence, denominado Conglomerado Prudencial. Os valores apresentados estão expressos em milhares de Reais.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Risco de Conformidade

Define-se como a possibilidade da Instituição não estar de acordo com normas internas ou externas, e demais legislações do seu segmento.

2.2. Risco de Liquidez

Define-se como a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas, inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

2.3. Risco de Mercado

Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

2.4. Risco Socioambiental

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perda na Instituição decorrentes de danos socioambientais.

2.5.Risco de Imagem

Define-se como a possibilidade da Instituição ter uma percepção desfavorável de imagem por seus clientes, parceiros, fornecedores ou órgãos reguladores.

2.6.Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador e reestruturação de instrumentos financeiros.

2.7.Risco Operacional

Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

2.8.Risco Estratégico

Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

2.9.Risco de Conjuntura

Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.

2.10.Avaliação a Mercado

Pressupõe o apreçamento, no mínimo, diário, de instrumentos financeiros que possuem cotações de preços, índice e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

2.11.Avaliação por Modelo de Apreçamento

Pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, e envolve na produção de suas estimativas, o emprego de métodos matemáticos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado.

3. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS ÁREAS DE RELACIONAMENTO**3.1.Conselho de Administração**

- Aprovar a nomeação / destituição do CRO – Chief Risk Office;
- Assegurar as condições adequadas, incluindo informações necessárias às suas atribuições, para que o CRO exerça suas funções de maneira independente e possa se reportar, diretamente e sem a presença dos membros da diretoria, ao Comitê de Gestão de Riscos, ao Presidente e ao Conselho de Administração;
- Aprovar os níveis de apetite por riscos da instituição na RAS;
- Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual:
 - As políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos;
 - As políticas e as estratégias de gerenciamento de capital;

- O programa de testes de estresse / cenários, indicando as diretrizes a serem seguidas;
- As políticas para a gestão de continuidade de negócios;
- O plano de contingência de liquidez;
- O plano de capital.
- Assegurar a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- Aprovar alterações significativas, em decorrência dos riscos listados abaixo, nas políticas e nas estratégias da instituição, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos:
 - Novos produtos e serviços;
 - Modificações relevantes em produtos ou serviços existentes;
 - Mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição;
 - Estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos;
 - Reorganizações societárias significativas; e
 - Alteração nas perspectivas macroeconômicas;
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- Compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição;
- Entender as limitações das informações constantes dos relatórios gerenciais tempestivos e dos reportes relativos ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital;
- Entender as limitações e as incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos e às metodologias utilizadas na estrutura de gerenciamento de riscos;
- Assegurar o entendimento e o contínuo monitoramento dos riscos pelos diversos níveis da instituição.

3.2.CRO – Chief Risk Officer

- Supervisionar o desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar, com base na RAS e objetivos estratégicos do Grupo Confidence, as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
- Capacitar os integrantes da Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos utilizados pelo Grupo Confidence;

- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração.
- Acompanhar periodicamente a exposição do Grupo Confidence aos riscos;
- Reportar ao Comitê de Gestão de Riscos / Comitê Executivo / Conselho de Administração sobre situações de risco iminente aos limites de exposição estabelecidos pelo mercado financeiro.

3.3. Comitê de Gestão de Riscos

- Definir, juntamente com o Conselho de Administração, as diretrizes/cenários e o apetite de riscos da Instituição;
- Revisar e discutir as informações de risco, identificar, avaliar e supervisionar os principais riscos e incertezas relacionadas ao negócio;
- Avaliar periodicamente o perfil / apetite de risco do negócio, para garantir que estejam alinhados com a estratégia do Grupo Confidence / Travelex.
- **Com relação ao Risco de Mercado:**
 - Definir as operações que irão compor a “carteira de negociação”;
 - Estabelecer e revisar periodicamente os limites de exposição cambial e riscos de mercado;
 - Estabelecer e revisar periodicamente o limite de exposição da Instituição aos riscos;
 - Definir as estratégias do Grupo frente aos riscos de mercado, de forma alinhada às definições do Conselho de Administração;
 - Elaborar plano de ação para cenários de alto risco para o Grupo;
 - Ter ciência, aprovar, mediar conflitos, e desenvolver os melhores esforços para subsidiar a implantação de metodologias de cálculos e procedimentos da Marcação a Mercado;
 - Estabelecer uma estrutura adequada para realizar revisões independentes do processo de apreçamento de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos, abrangendo o envolvimento da Auditoria Interna;
 - Supervisionar continuamente o processo do apreçamento de instrumentos financeiros;
- **Com relação ao Risco de Liquidez:**
 - Definir as estratégias de Liquidez do Grupo Confidence frente aos riscos de liquidez, de forma alinhada às definições do Conselho de Administração;
 - Elaborar plano de ação para cenários de alto risco para o Grupo;
 - Exercer a função de fórum de discussão para assuntos relacionados ao caixa do Grupo, o plano de contingência e à gestão de riscos.
 - Estabelecer e revisar periodicamente os saldos, a liquidez e a exposição da Instituição aos riscos;
- **Com relação a todos os riscos (Mercado / Liquidez / Operacional / Imagem / Conformidade / Crédito / Estratégico / Conjuntura / Socioambiental):**
 - Supervisionar as informações documentadas acerca dos riscos identificados, tanto pela diretoria quanto pelas áreas operacionais e de controles;
 - Avaliar os impactos das perdas ocorridas em virtude da concretização do risco, considerando a razão de sua ocorrência;

- Orientar os envolvidos, quando necessário, sobre eventuais ações a serem tomadas face as razões dos riscos ocorridos, considerando a incidência de prejuízo ou não para o Grupo.

3.4. Comitê Executivo

- Fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na RAS e revisá-los, com o auxílio Conselho de Administração e do CRO;
- Assegurar que a estratégia designada pelo Conselho de Administração, bem como o apetite aos riscos estejam sendo seguidos.

3.5. Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR – Controles Internos

- Disseminar a importância da Gestão dos Riscos Operacionais;
- Seguir a metodologia estabelecida para a Gestão de Riscos Operacionais e Controles;
- Realizar o mapeamento de riscos do negócio;
- Identificar os principais fornecedores do Grupo Confidence e realizar avaliação de risco.
- Classificar os riscos e mapear os controles para mitigação dos riscos levantados;
- Avaliar a efetividade dos controles e, caso necessário, sugerir a adoção de novos controles por meio de Planos de Ação;
- Reportar trimestralmente à Matriz da Travelex a avaliação de riscos do negócio e dos principais fornecedores;
- Receber, analisar e registrar os eventos de risco operacional reportados pelas áreas do Grupo Confidence.

3.6. Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR – Riscos Financeiros

- Monitorar a liquidez do Grupo e manter a Diretoria / Tesouraria informadas;
- Analisar e propor, conjuntamente com a Tesouraria, os limites de operação para os operadores;
- Sugerir estratégias de atuação e respostas adequadas aos riscos de Mercado considerando a probabilidade de ocorrência;
- Identificar e sugerir soluções diante de cenários de alto risco;
- Monitorar diariamente a exposição cambial;
- Informar tempestivamente à Diretoria e a Tesouraria qualquer extrapolação de limites e solicitar imediato reenquadramento;
- Fornecer relatórios de gestão dos riscos para as áreas diretamente envolvidas no gerenciamento integrado de riscos, e que detenham efetiva participação na tomada de decisões;
- Administrar o sistema de gestão de risco de mercado;
- Avaliar, de forma abrangente, a acurácia e os riscos que envolvem o processo de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", os instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação;
- Assegurar que as fontes utilizadas no processo de apuração são independentes, confiáveis, dando transparência ao processo de apuração realizado pelo banco.

3.7. Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR – Compliance

- Disseminar a importância da gestão do risco de conformidade;
- Realizar testes de controles;
- Observar se as políticas estão sendo cumpridas conforme sua descrição.

3.8. Área de Tesouraria - Banco e Corretora

- Acompanhar a liquidez e disponibilidade de recursos para as atividades do Grupo Confidence;
- Monitorar e manter a liquidez do Grupo Confidence, dentro dos limites estabelecidos;
- Manter os níveis de exposição ao risco de mercado dentro dos limites estabelecidos;
- Acompanhar o mercado e realizar a compra / venda de moedas estrangeiras no momento mais oportuno, e com menor probabilidade de incidência do risco;
- Acionar os Planos de Contingência nos casos de incidência dos riscos de liquidez.

3.9. Auditoria Interna

- Desenvolver metodologia de monitoramento dos riscos e controles internos a estes atrelados;
- Realização de trabalhos periódicos de avaliação da Área de Gestão Integrada de Riscos – GIR;
- Realizar revisões periódicas dos processos de avaliação e controles que envolvem o processo de apreçamento de ativos financeiros.

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A Área de Gestão Integrada de Riscos - GIR, responsável pelo gerenciamento integrado de riscos, responde hierarquicamente ao Chief Risk Officer (CRO) sendo que este se reporta diretamente à Presidência e ao Conselho de Administração.

4.1. RISCO DE CRÉDITO

O Grupo Confidence não realiza operações de crédito tais como empréstimos, financiamentos ou desconto de títulos, razão pela qual mantém uma estrutura reduzida, compatível com o grau de complexidade e necessidades exigidas, para a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito tradicional.

A mensuração e gestão do risco de crédito se dá por meio da apuração da parcela de risco denominada RWACPAD, que é a somatória de nossas exposições ponderadas por seus respectivos Fatores de Risco, estabelecida pelo Banco Central do Brasil e que compõe o Documento de Limites Operacionais – DLO.

Nos últimos três trimestres os ativos ponderados ao risco de crédito, conforme metodologia estabelecida pelo Bacen, apresentavam os seguintes valores, por faixa de fator de ponderação:

R\$ - mil	set/17	dez/17	mar/18
Cadoc	4060	4060	4060
Exposição ao Risco de Crédito	Valor RWACPAD	Valor RWACPAD	Valor RWACPAD
FPR 2%	6	12	-
FPR 20%	5.711	16.276	6.623
FPR 35%	-	-	-
FPR 50%	4.101	4.575	4.541
FPR 75%	-	-	-
FPR 100%	16.475	11.673	7.061
FPR 250%	-	-	15.621
RWACPAD	26.293	32.535	33.846

Os ativos foram ponderados pelos Fatores 0%, 2%, 20%, 50%, 100% e, 250% conforme o tipo de ativo e prazo de vencimento, além de considerar a contraparte envolvida na transação.

Os ativos ponderados pelo fator de risco igual a zero, são constituídos por títulos públicos federais e disponibilidades em moeda nacional e estrangeira. Os ativos ponderados a 20% e 50% são constituídos basicamente por operações de câmbio (posições compradas e vendidas a liquidar) no mercado a vista e depósitos em garantia, respectivamente. Os ativos ponderados a 2% referem-se a operações realizadas na BM&F Bovespa e os ponderados a 100% são constituídos por ativos imobilizados, intangíveis e outros créditos. Em janeiro de 2018 o Conglomerado Prudencial Confidence reconheceu em seu balancete Créditos Tributários de Impostos e Contribuições, este evento teve como contrapartida o aumento do RWA de crédito, que é referente aos Créditos Tributários de Diferença Temporária não deduzidos do PR, os quais são ponderados pelo FPR de 250%.

4.2. RISCO DE MERCADO

4.2.1. Principais riscos de mercado considerados pelo Grupo Confidence

- **Risco Cambial:** Os riscos em ativos e passivos referenciados em moedas estrangeiras, principal foco de negociação do Grupo Confidence, são apurados de acordo com a Circular 3.641/13 e Resolução 4.193/13.
- **Juros Pré:** Para os ativos e passivos expostos ao risco de taxas de juros pré-fixados, os cálculos de risco são feitos de acordo com as instruções contidas na Circular 3.634/13 e Resolução 4.193/13.
- **Cupom Cambial:** Para os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de moedas, em que há uma parcela de risco pré-fixado em combinação com os riscos decorrentes da variação do preço de moedas, realiza-se o cálculo com base na Circular 3.635/13 e Resolução 4.193/13.
- **Cupom de Inflação:** Os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de inflação são calculados de acordo com a Circular 3.636/13 e Resolução 4.193/13.

- **Cupom de Juros:** Os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de juros são calculados de acordo com a Circular 3.637/13 e Resolução 4.193/13.
- **Risco de Ações:** Os riscos de ativos e passivos constituídos por ações ou instrumentos financeiros derivativos cujo ativo objeto sejam ações, são apurados de acordo com a Circular 3.638/13 e Resolução 4.193/13.

4.2.2. Metodologia

A Área de GIR - Riscos Financeiros administra o risco de mercado por meio de:

- **Monitoramento das operações sujeitas ao risco de mercado** por meio de software sistema de risco, que consolida todas as posições do Grupo Confidence e é calculado conforme o modelo do Bacen;
- **Geração de relatórios** diários, semanais e mensais para acompanhamento da posição do Grupo Confidence e para atendimento às normas do Bacen;
- **Acompanhamento do consumo de capital** para cada tipo de risco de mercado;
- **Realização de "stress tests"** periódicos por meio de sistema específico;
- **Acompanhamento da alavancagem**, considerando o Patrimônio de Referência da instituição e seu atual consumo de capital;
- **Realização de apreçamento de instrumentos financeiros**, por meio de marcação a mercado.

A realização de hedges para a mitigação do risco de mercado é preponderantemente utilizada para operações de Bank Notes (moeda em espécie) e Conta Corrente em Moedas Estrangeiras (CCME), onde são utilizadas operações de Contrato Futuro de Dólar da B3 e FOREX como hedge no Banco e operações de Contrato Futuro de Dólar como hedge na Corretora.

As informações obtidas a partir dos controles realizados são divulgadas para os envolvidos no gerenciamento de risco de mercado, que discutem a melhor alternativa para evitar desenquadramentos em relação aos limites estabelecidos e, em particular, na comparação do RWA do Risco de Mercado em relação ao Patrimônio de Referência.

4.2.3. Apreçamento de Instrumentos Financeiros avaliados pelo Valor de Mercado.

Em dezembro de 2014, o CMN publicou a Resolução nº 4389. Esta resolução estabeleceu procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e fixou parâmetros para a necessidade de aplicação, ou não, dos Ajustes Prudenciais incidentes sobre tais exposições e seus consequentes efeitos sobre o Patrimônio de Referência.

O Grupo Confidence mantém o processo para avaliar sua adequação às necessidades do apreçamento de ativos financeiros de forma a estabelecer e reportar a sua posição financeira e exposição aos riscos de mercado, com os seguintes princípios:

- I. Amplitude - Todos os ativos financeiros exigidos avaliados pelo valor de mercado.
- II. Comprometimento - O Grupo compromete-se em garantir que os preços utilizados reflitam os preços de mercado. Na impossibilidade de observação destes, despenderá seus melhores esforços para estimar os preços de mercado dos ativos, caso não sejam efetivamente negociados.
- III. Frequência - A Marcação a Mercado é diária.
- IV. Formalismo - O Grupo formaliza o seu processo e sua metodologia de Marcação a Mercado através de Manual.
- V. Objetividade - As informações de preços e/ou fatores a serem utilizados nos processos de Marcação a Mercado serão obtidas preferencialmente de fontes externas e independentes.
- VI. Consistência - O mesmo ativo não poderá ter critérios diferentes de precificação, entre as empresas do Grupo ou de setores pertencentes as mesmas.
- VII. Transparência - Os princípios e as metodologias de Marcação a Mercado utilizados pelo Grupo são públicos e poderão ser disponibilizados aos seus clientes, órgãos reguladores e fiscalizadores, sempre que solicitados formalmente.
- VIII. Melhores Práticas - Os processos e as metodologias utilizados pelo Grupo seguem as melhores práticas de Mercado.

4.2.4. Valores Expostos ao Risco de Mercado em 30/03/2018

Não há operações fora da carteira de negociação ou operações de venda ou transferência de ativos ou oriundos de securitização, em razão do tipo de negócio operado pela instituição.

Na data-base de 30/03/2018, a exposição total ao risco de mercado demandou a alocação de capital no valor de R\$ 6.143 (equivalente ao RWAmor = R\$ 71.222) conforme quadro abaixo:

		R\$ - mil			
Parcela	Exposição	Circular	set/17	dez/17	mar/18
PJUR-1	Variação de taxa de juros pré-fixada	3.634/13	12	64	32
PJUR-2	Variação de taxa de cupons de moeda estrangeira	3.635/13	36	58	66
PJUR-3	Variação de taxa de cupons de índices de preços	3.636/13	-	-	-
PJUR-4	Variação de taxa de cupons de taxa de juros	3.637/13	11	-	-
PCOM	Variação do preço de commodities	3.639/13	-	-	-
PACS	Variação do preço de ações	3.638/13	-	-	-
PCAM	Variação da exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial	3.641/13	12.202	11.940	6.045
Total	Risco de Mercado		12.261	12.062	6.143
RWAmor	(TOTAL / FATOR F)		132.552	130.403	71.222
Fator F			9,250%	9,250%	8,625%

A maior exposição ao risco de mercado é aquela sujeita à variação e diferença de taxas em transações com moedas estrangeiras, decorrentes de operações para clientes com fins comerciais e de turismo, foco de negócios do grupo. O risco é mitigado por operações de hedge, estando enquadrado nos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central. O limite máximo é de 30% do Patrimônio de Referência. Em set/17, dez/17 e, mar/17 a razão entre a Pcam e o Patrimônio de Referência foi de 25,2%, 21,2% e, 9,8% respectivamente.

A parcela do risco dos juros pré-fixados (PJUR1) e dos cupons cambiais (PJUR2) tiveram pequeno impacto em nossa matriz de risco. As exposições são mantidas para atenderem a liquidez do grupo e seus respectivos vencimentos são de curto prazo. As posições em títulos públicos e de operações compromissadas, expostos ao cupom de taxa de juros, contribuíram minimamente no cálculo do risco de mercado. O risco de mercado decorrente de exposições sujeitas a variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras originou-se de operações de câmbio futuro e de hedge da carteira de câmbio.

Os ativos financeiros atrelados à variação cambial, negócio principal do grupo Confidence, foram responsáveis, em março de 2018, quase que pela totalidade do risco de mercado.

Conforme Art. 12 da circular 3.678 de 31 de outubro de 2013, deve ser divulgado o valor total da carteira de negociação (inclusive com os derivativos), segmentado por fator de risco de mercado relevante, destacando posições compradas e vendidas.

Distribuição por fator de risco:

R\$ - mil

Carteira de Negociação	set-17		dez-17		mar-18	
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
Taxas de Juros - Pré	63.245	13.638	34.436	17.475	54.182	18.119
Cupom de Moedas	1.271	-	1.327	14.886	17.121	-
Taxas de Câmbio	213.729	204.673	221.872	196.245	177.241	186.205

Não há operações fora da carteira de negociação ou operações de venda ou transferência de ativos ou oriundos de securitização, em razão do tipo de negócio operado pela instituição.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

4.3.1. Gerenciamento de Risco de Liquidez

O controle do risco de liquidez do Grupo Confidence (banco e corretora) tem sua análise e monitoramento feito pela Área de GIR - Riscos Financeiros, através das seguintes ferramentas:

- Geração de relatórios de acompanhamento do perfil de fluxo de caixa do grupo, por moedas;

- Monitoramento e Controle da posição de caixa de reais e moedas estrangeiras no curto prazo, enquanto que para o Banco é realizado adicionalmente controle para o médio e longo prazo;
- Projeção de fluxo de papel moeda, com base nos históricos de entradas e saídas de moedas estrangeira, com o objetivo de manter a disponibilidade e a liquidez nas praças onde o Grupo Confidence atua;
- Controle sistêmico de todas as operações que influenciam a liquidez do Grupo Confidence

A Área de GIR – Riscos Financeiros realiza ainda as seguintes atividades para a administração do risco de Liquidez:

- Monitoramento da liquidez do Grupo Confidence;
- Informes à Diretoria sobre a liquidez do Grupo Confidence;
- Estabelecimento de limites de operação para os operadores considerando os riscos do negócio;
- Identificação e sugestão de soluções diante de cenários de alto risco para o Grupo Confidence.

4.3.2. Plano de Contingência De Liquidez

Diante de cenários desfavoráveis à liquidez do Banco Confidence ou Confidence Corretora de Câmbio, caberá à Alta Administração, em posse das informações fornecidas pela Área de GIR - Riscos Financeiros, executar o plano de ação para manter a liquidez em níveis considerados adequados ao perfil do Banco e da Corretora.

A liquidez do Grupo Confidence é composta, principalmente, pelo caixa em reais cuja a aplicação de curtíssimo prazo é feita através de operações compromissadas de compra com revenda, de títulos públicos e valores em espécie em moeda estrangeira.

4.3.3. Informações – Gestão de Liquidez

A partir da data base de 31/01/2017 o Conglomerado Prudencial Confidence, conforme normatização da Resolução 4.090 de maio/12, Resolução 4.401 de fevereiro/15, e da Carta Circular 3.775 de julho/16, passou regularmente a informar o Documento de Risco de Liquidez (Documento 2160) ao Banco Central.

O Documento 2160 além de exigir a descrição pormenorizada, de ativos e passivos com vencimento inferior a 30 dias corridos da data base, é base de cálculo para os limites mínimos do Indicador de Curto Prazo (LCR). A Resolução Nº 4.401, de 25/02/15, e a Circular Nº 3.749, de 05/03/15, definem os limites mínimos e os procedimentos de cálculo. O cumprimento integral das normas ainda não é aplicável ao Confidence, o qual limitar-se-á a produção e entrega do Documento de Risco de Liquidez. Apenas instituições financeiras com ativos superiores a R\$ 100,0 bilhões são obrigadas a cumprir integralmente os procedimentos normativos.

A metodologia de cálculo do indicador Liquidez de Curto Prazo resume-se na razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa previstas para um período de trinta dias, calculadas conforme cenário de estresse padronizado. Esta razão, para as instituições elegíveis, está definida no mínimo em:

- I. 0,80 (oitenta centésimos), de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;
- II. 0,90 (noventa centésimos), de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; e
- III. 1,00 (um), a partir de 1º de janeiro de 2019.

Apesar de estarmos dispensados de evidenciar o índice LCR, estamos demonstrando os cálculos para nos situarmos em relação às exigências regulatórias e evidenciar que atenderíamos plenamente os limites exigidos.

Ativos de Alta Liquidez (HQLA) R\$ MIL	Valor Médio	Valor Pond. 03/18	Valor Médio	Valor Pond. 12/17	Valor Médio	Valor Pond. 09/17
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	136.089	136.089	159.796	159.796	144.526	144.526
Saídas de Caixa	Valor Médio	Valor Ponderado	Valor Médio	Valor Ponderado	Valor Médio	Valor Ponderado
2 Captações de varejo	36.102	3.610	31.321	3.132	26.487	2.649
3 Captações estáveis						
4 Captações menos estáveis	36.102	3.610	31.321	3.132	26.487	2.649
5 Captações de atacado não colateralizadas	30.273	30.273	23.193	23.193	27.413	27.413
6						
7 Depósitos não-operacionais						
8 Demais captações de atacado	30.273	30.273	23.193	23.193	27.413	27.413
9 Captações de atacado colateralizadas						
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	0	0	0	0	0	0
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral						
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instr. dívida						
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez						
14 Outras obrigações contratuais	156.634	156.634	122.115	122.115	142.377	142.377
15 Outras obrigações contingentes						
16 Total de saídas de caixa	223.009	190.517	176.629	148.440	196.277	172.439
Entradas de Caixa	Valor Médio	Valor Ponderado	Valor Médio	Valor Ponderado	Valor Médio	Valor Ponderado
17 Empréstimos colateralizados	54.110	54.110	15.200	15.200	49.607	49.607
18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes						
19 Outras entradas de caixa	106.567	106.567	93.543	93.543	87.183	87.183
20 Total de entradas de caixa	160.677	160.677	108.743	108.743	136.791	136.791
21 Total HQLA	136.089	136.089	159.796	159.796	144.526	144.526
22 Total de saídas líquidas de caixa	62.331	47.629	67.886	39.697	59.487	43.110
23 LCR (%)	218,3%	285,7%	235,4%	402,5%	243,0%	335,3%

$$LCR = \frac{HQLA}{Saídas_e - Mm(Entradas_e; 75\% \times Saídas_e)}$$

- HQLA – Ativos de Alta Liquidez = corresponde ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco;
- Saídas_e = total das potenciais saídas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749;

- Entradase = total das potenciais entradas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749.

4.4. RISCO OPERACIONAL

4.4.1. Riscos Integrantes

O CMN também considera o risco legal como integrante ou sub-risco do risco operacional, pois tais riscos geralmente estão associados à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como em sanções motivadas pelo descumprimento de dispositivos legais ou a indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas pela instituição.

O risco operacional, em muitos casos, está diretamente ligado à tomada de decisões por parte de uma empresa, pois comportam maior ou menor risco em face de um mercado competitivo e em constante evolução e crescimento.

4.4.2. Parcela de Risco Operacional em 31/03/2018

Em março de 2018 a parcela do risco operacional, denominada RWAOPAD, para fazer frente a potenciais perdas com o risco operacional, foi calculado em R\$ 189.115.

O cálculo segue a metodologia da Abordagem do Indicador Básico, que considera todas as Receitas de Intermediação Financeira deduzidas das Despesas de intermediação Financeira. A forma de cálculo atende as normas do BC e é compatível com as informações contábeis do Conglomerado Prudencial.

mar-18	Detalhamento do Risco Operacional - R\$ Mil		
Período 3	Valor	Fator β	Valor x Fator β x Multi.
Receita da Interm. Financeira	503.929	15,0 %	75.589
Receita da Prestação de Serviços	4.672	15,0 %	701
Despesa da Interm. Financeira	505.468	15,0 %	-75.820
Componente 3			470
Período 2	Valor	Fator β	Valor x Fator β x Multi.
Receita da Interm. Financeira	517.868	15,0 %	77.680
Receita da Prestação de Serviços	13.679	15,0 %	2.052
Despesa da Interm. Financeira	349.571	15,0 %	-52.436
Componente 2			27.296
Período 1	Valor	Fator β	Valor x Fator β x Multi.
Receita da Interm. Financeira	391.013	15,0 %	58.652
Receita da Prestação de Serviços	15.241	15,0 %	2.286
Despesa da Interm. Financeira	265.139	15,0 %	-39.771
Componente 1			21.167
Abordagem do Indicador Básico			16.311
RWAopad			189.115

4.5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital mantém processos contínuos de monitoramento e controle dos níveis adequados de capital para fazer face aos riscos inerentes as atividades do Conglomerado Prudencial, alinhado ao plano de negócios estabelecido pela Diretoria.

Esta estrutura é responsável pela elaboração de políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos que possibilitem a identificação e análise dos riscos relevantes aos quais o Banco está exposto no intuito de manter o capital compatível com tais riscos. Adicionalmente, é responsável pela divulgação periódica de relatórios gerenciais sobre a adequação do capital, a elaboração do plano de capital para o horizonte de três anos, a simulação de eventos severos e condições extremas de mercado, bem como a avaliação destes impactos sobre o capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de capital está alinhada com a regulamentação vigente.

4.5.1. Patrimônio de Referência

Em conformidade com as Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, além de regulamentações complementares, o Grupo Confidence preocupa-se em manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes as suas atividades, para tanto o processo de Adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado diariamente através do atendimento aos requerimentos regulatórios previstos pelo BACEN.

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I. Este é o parâmetro que possibilita o monitoramento e a verificação do cumprimento dos limites operacionais estabelecidos pelo BACEN, onde:

- Capital Principal – Composto pelo Patrimônio Líquido deduzido dos Ajustes Prudenciais;
- Patrimônio de Referência Nível I - Composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Patrimônio de Referência Nível II - Composto por instrumentos elegíveis, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O Patrimônio de Referência deve ser apurado sob a seguinte base consolidada:

- Conglomerado Prudencial – consolidado das empresas do grupo, que são instituições financeiras e empresas assemelhadas.

4.5.2. Detalhamento do Patrimônio de Referência

R\$ - mil	set/17	dez/17	mar/18
Patrimônio de Referência (PR)	48.389	56.362	61.684
Patrimônio de Referência Nível (PR_Nível I)	48.389	56.362	61.684
Capital Principal - CP	48.389	56.362	61.684
Capital Social	45.085	47.799	47.799
Reservas de Capital Reavaliação de Lucros	22.944	25.018	25.018
Lucro Acumulado no Período	0	0	14.999
Ganhos não Realizados de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	
Dedução do Capital Principal	19.639	16.455	26.132
Prejuízo Acumulado no Período	3.750	0	0
Ajustes Prudencias	15.889	16.455	26.132
Capital Complementar - CC	0	0	0
Patrimônio de Referência Nível II (PR_Nível II)	0	0	0

Para mais informações relativas a composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR vide Anexo 1, em conformidade com a Circular 3.678/13.

4.5.3. RWA (Risk-Weighted Assets)

Com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o Bacen, emitiu, em março de 2013, normas acerca da nova definição de capital e dos requerimentos de capital regulamentar que passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013.

De acordo com a Resolução CMN 4.193, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos e do adicional de capital principal, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco:

RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- **RWACPAD** = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;
- **RWACAM** = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda

estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial dividido pelo fator "F", definido no artigo 4 da Res. 4193/13;

- **RWAJUR** = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação dividido pelo fator "F", definido no artigo 4 da Res. 4193/13;
- **RWACOM** = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities) dividido pelo fator "F", definido no artigo 4 da Res. 4193/13;
- **RWAACS** = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação dividido pelo fator "F", definido no artigo 4 da Res. 4193/13;
- **RWAOPAD** = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional dividido pelo fator "F", definido no artigo 4 da Res. 4193/13.

Para os cálculos das parcelas mencionadas a seguir, foram observados os procedimentos divulgados pelo BACEN, por meio das Circulares e Cartas-Circulares, e pelo CMN, por meio de Resoluções.

Conglomerado R\$ - mil

Parcelas	set/17	dez/17	mar/18
RWACpad	26.293	32.535	33.846
RWAjur1	127	694	369
RWAjur2	389	628	762
RWAjur3			
RWAjur4	121	-	
RWAacs			
RWacom			
RWacam	131.916	129.082	70.091
RWAopad	153.584	153.584	189.115

Fator F	9,250%	9,250%	8,625%
Parcelas	set/17	dez/17	mar/18
Total dos Ativos Ponderados (RWA)	312.429	316.523	294.183

PR Mínimo Requerido para (RWA)	28.900	29.278	25.373
--------------------------------	--------	--------	--------

PR_LB	48.389	56.362	61.684
-------	--------	--------	--------

Adicional de Capital Principal	3.905	3.957	5.516
--------------------------------	-------	-------	-------

Margem sobre o Adicional de Capital (PR_LB-PRE)	15.584	23.127	30.795
---	--------	--------	--------

Índice de Basileia	15,49%	17,81%	20,97%
--------------------	--------	--------	--------

Índice de Imobilização	20,70%	17,45%	9,06%
------------------------	--------	--------	-------

Exposição Cambial / PR (%)	25,22%	21,18%	9,80%
----------------------------	--------	--------	-------

4.5.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do Patrimônio de Referência

A estrutura de gerenciamento de capital considera os atuais níveis de capital regulatório suficientes para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito. São realizadas avaliações contínuas e monitoramento constantes dos níveis de capital em consonância com o planejamento estratégico e, inclusive, em função de possíveis mudanças regulatórias ou de mercado.

Os requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de normas exigidos pelo Bacen, reproduzindo os padrões globais de requerimento de capital de instituições financeiras e assemelhadas, conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

O requerimento mínimo de Capital Total (PR) correspondeu a um índice de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, e decairá gradualmente até 8% em 1º de janeiro de 2019. Em contrapartida, conforme as normas do BACEN, estabeleceu-se o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico que, em conjunto e ao longo do tempo, exigirão maior qualidade e caráter permanente do Patrimônio de Referência. Neste cenário, o Capital Principal ganha maior importância e será determinante no cálculo das exigências de Capital Mínimo.

Conforme a Resolução nº 4.193 de março/13 e Resolução 4.443 de outubro/15 serão requeridos os seguintes percentuais máximos para o Patrimônio de Referência e Capital Principal:

Basileia III - Cronograma de Implantação	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%
Nível I	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%
Patrimônio de Referência	11,000%	9,875%	9,250%	8,625%	8,000%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,000%	1,250%	3,000%	4,750%	7,000%
de Conservação	0,000%	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
Contracíclico	0,000%	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
de Importância Sistêmica	0,000%	0,000%	0,500%	1,000%	2,000%
Capital Principal + ACP	4,500%	5,750%	7,500%	9,250%	11,500%

Dadas as características operacionais e importância sistêmica do Conglomerado Prudencial Confidence os percentuais máximos requeridos serão:

Basileia III - Cronograma de Implantação	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal + Conservação	4,500%	5,125%	5,750%	6,375%	7,000%
Nível I + Conservação	6,000%	6,625%	7,250%	7,875%	8,500%
PR + Conservação	11,000%	10,500%	10,500%	10,500%	10,500%

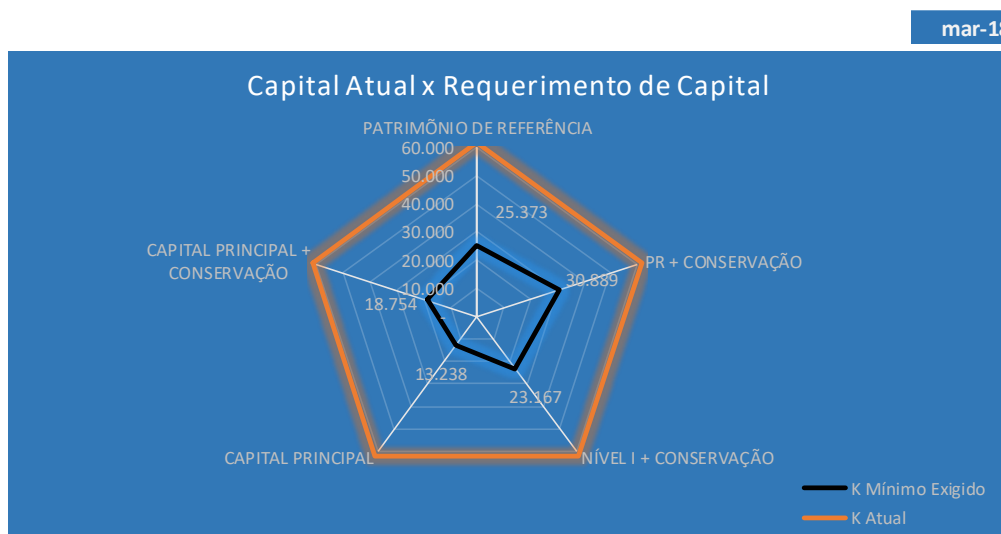
Ao final do primeiro trimestre de 2018, o Patrimônio de Referência e o RWA tiveram evoluções de 9,4% e -7,1%, respectivamente, em relação a Dez/17. A variação do PR, teve influência do resultado líquido do período, que foi superior à variação do aumento dos Ajustes Prudenciais, os quais são componentes redutores do PR. Por outro lado, o consumo de capital no período foi reduzido pela redução da parcela de câmbio (RWAcam).

R\$ - mil	dez/17	mar/18	Var. %
Patrimônio de Referência (PR)	56.362	61.684	9,4%
Patrimônio de Referência Nível (PR_Nível I)	56.362	61.684	9,4%
Capital Principal - CP	56.362	61.684	9,4%
Capital Social	47.799	47.799	0,0%
Reservas de Capital Reavaliação de Lucros	25.018	40.017	60,0%
Ajustes Prudencias	-16.455	-26.132	58,8%

Mesmo com a oneração do Fator "F" sobre as parcelas de RWA, o Índice de Basileia ficou em 21,0% (Dez/2017 =17,8%), muito acima do requerido (10,5%).

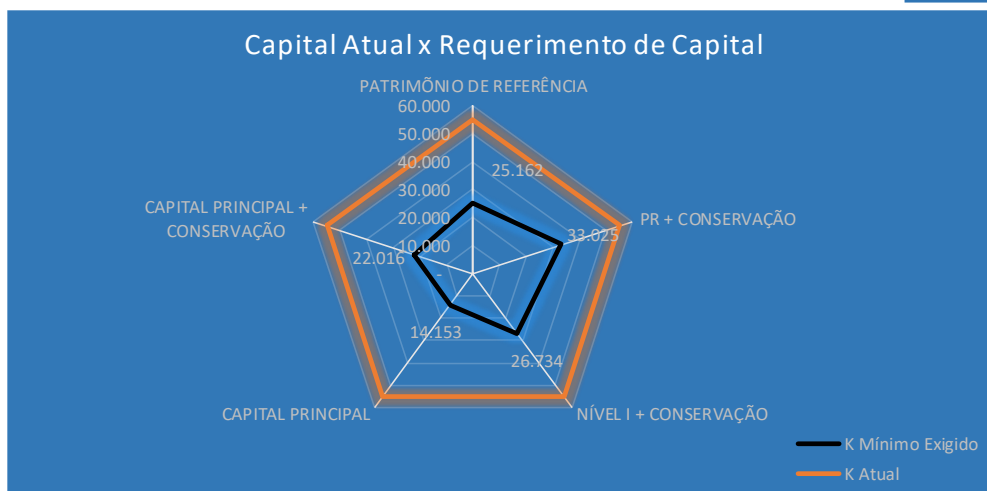
A comparação a seguir refere-se à posição de Mar/18 com Jan/19. O primeiro reflete as exigências de Capital atuais (PR, PR Nível 1 e Capital Principal) e o segundo reflete os requerimentos de capital que serão exigidos a partir de 01/01/2019 (baseados nas exposições de Mar/19), que por hipótese já estivessem vigorando. Em ambos os casos há suficiência de capital, mas na situação prevista para 2019, ocorreria uma menor folga.

São dois fatores que contribuem para o fato: redução do Patrimônio de Referência, causada pelo incremento dos Ajustes Prudenciais, aumento do RWA pela alteração do Fator "F" e consequente elevação dos requerimentos mínimos do Capital Principal.



Índice de Basileia em Março de 2018: 21,0%
Exigência de Capital Mínimo (PR): 10,5 %

jan-19



Índice de Basileia em Janeiro de 2019: 17,5%

Exigência de Capital Mínimo (PR): 10,5 %

4.5.5. Razão de Alavancagem

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748 do BCB que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). É um índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras e avalia a alavancagem por meio da relação entre Capital Nível I e os ativos registrados em valores contábeis, acrescidas de exposições off-balance (limites, avais, fianças e derivativos).

Item		Valor (R\$ mil)		
	Itens contabilizados no Balanço Patrimonial	30/09/2017	31/12/2017	31/03/2018
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	261.907	324.708	285.596
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	15.889	16.455	26.132
3	Total das exposições contabilizadas no BP	277.796	341.163	311.728
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos				
4	Valor de reposição em operações com derivativos.	10	22	30
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	303	573	376
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades	-	-	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	313	595	406
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)				
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	49.592	15.194	54.098
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-	-	-
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimos de títulos e valores mobiliários	49.592	15.194	54.098
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)				
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	-	-	-
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-	-	-
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	-	-	-
Capital e Exposição Total				
20	Nível I	48.389	56.362	61.684
21	Exposição Total	295.924	324.042	313.968
Razão de Alavancagem (RA)				
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	16,35 %	17,39 %	19,65 %

5. Anexo I – Composição do Patrimônio de Referência

ANEXO 1			
Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre adequação do PR (31/03/2018)			
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório (R\$ mil) 1
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	47.799	-
2	Reservas de Lucros	25.018	-
3	Outras receitas e outras reservas	14.999	-
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal 1	-	-
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	87.816	-
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor R\$ (mil)	
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-
9	Ativos intangíveis	20.492	-
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	-
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-
13	Ganhos resultantes de operações de securitização	-	-
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	-	-
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	-	-
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-
20	Mortgage servicing rights	-	-
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	4.725	-
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	0	-
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-	-
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização ²	799	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	115	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	-
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	115	-
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	26.131	-
29	Capital Principal	61.685	-

ANEXO 1

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre adequação do PR (31/03/2018)

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório (R\$ mil) 1
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar ³	-	-
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório (R\$ mil) 1
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar	-	-
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	-
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	-	-
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-
44	Capital Complementar	-	-
45	Nível I	61.685	-
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório (R\$ mil) 1
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	-	-
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB - - -	-	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-	-
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório (R\$ mil) 1
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital de Nível II	-	-
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	-	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-
58	Nível II	-	-
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	61.685	-

ANEXO 1

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre adequação do PR (31/03/2018)

59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	61.685	-
60	Total de ativos ponderados pelo risco	294.183	-
Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	20,97	
62	Índice de Nível I (IN1)	20,97	
63	Índice de Basileia (IB)	20,97	
64	Requerimento mínimo de Capital Principal, incluindo os adicionais de capital (% dos RWA)	6,38	
65	do qual: adicional para conservação de capital	1,88	
66	do qual: adicional contracíclico	-	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)	-	
68	Capital Principal disponível para suprir o requerimento do Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	14,59	
Número da linha	Mínimos Nacionais	%	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	-	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	-	
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório (R\$ mil) 1
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
74	Mortgage servicing rights		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal ²	6.248	
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor R\$ (mil)	
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB - -	-	
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento Transitório R\$ (mil)
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite 4.8386.737	-	-

Adicionalmente, informamos que em 31 de março de 2018 não há montantes relativos a instrumentos que integram o Patrimônio de Referência descritos no Anexo 2 em conformidade com a Circular 3.678/13.

Informamos que para o Conglomerado Prudencial Confidence o Adicional de Capital Principal Contracíclico e o Adicional de Importância Sistêmica não causam impacto na determinação do Capital Principal Mínimo, ou seja, os seus respectivos cálculos resultam em valor igual a zero. A conformidade destes procedimentos está garantida pela Circular 3.769/15 (Contracíclico) e Circular 3.768/15 (Importância Sistêmica).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Grupo Confidence faz controles internos periódicos com vistas a uma alocação de capital compatível com os diversos riscos aos quais está exposto, adotando recomendações do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil, toma decisões de aplicações ou captações de recursos compatíveis com o Patrimônio de Referência – PR e leva em consideração o consumo de capital, representado pelo RWA, otimizando a utilização dos recursos disponíveis e trabalha com margem operacional superavitária, o que lhe permite um crescimento sustentável.

A alta administração do Grupo Confidence está comprometida com seus clientes e demais interessados, com a manutenção de uma política de gestão de riscos e alocação de capital sólida e consistente, dando segurança aos acionistas, clientes e fornecedores, otimizando a relação custo/benefício/riscos de acordo com as diretrizes mantidas em seu plano de negócios e conforme as melhores práticas de gestão de riscos e controles internos do mercado financeiro.

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BC), tornou pública a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Conglomerado Prudencial Confidence (Confidence) é classificado como "S4".